

Menem nos EUA manda legalizar grupo 'gay'

Ana Maria Mandim

Correspondente

BUENOS AIRES — Sob pressão direta das organizações de gays e lésbicas americanas, o presidente argentino Carlos Menem, que está em Nova Iorque, recomendou ontem que os tribunais argentinos reconheçam como uma entidade legal a Comunidade Homossexual Argentina, que há três anos luta na Justiça pelo sua legalização. "A Argentina é um país perigoso para os homossexuais: é comum a discriminação no trabalho, por parte da Igreja e das famílias, e também é frequente a ameaça policial de revelar a identidade homossexual da pessoa em seu emprego ou à sua família em troca de suborno", afirmou ao JORNAL DO BRASIL Rafael Freda, presidente da Comunidade Homossexual Argentina, fundada há sete anos e integrante da International Lesbian and Gay Association.

Na sexta-feira, durante uma entrevista coletiva em Washington, Elmett Brick, secretário da Força-Tarefa Gay e Lésbica dos Estados Unidos, entregou ao presidente Menem petições de organizações de homossexuais americanos em favor do reconhecimento legal da Comunidade Homossexual Argentina. Menem estranhou que Brick se dirigisse a ele em espanhol, e respondeu apenas muchas gracias. Segunda-feira, na Universidade de Colúmbia, realizou-se um ato de protesto contra a discriminação na Argentina.

'Híbrido' — A primeira solicitação da Comunidade Homossexual Argentina quanto ao seu reconhecimento jurídico foi feita à Inspeção Geral de Justiça, órgão do Poder Executivo, que se negou "a legitimar um terceiro genero híbrido" (coisa que, segundo Freda, "não fora pedida porque não existe"), qualificando a homossexualidade como "contrária à moral, aos bons costumes, à religião e ao ser nacional argentino".

A segunda tentativa da comunidade, junto à Câmara de Apelações, do Poder Judicial, piorou a situação, porque a Câmara ratificou a sentença anterior, acrescentando que "a homossexualidade é contrária ao bem comum e atenta contra a Constituição nacional, porque impede a formação da família". O último cartucho foi apelar para a Corte Suprema de Justiça, mas tampouco aí os sinais foram positivos e a confirmação das sentenças anteriores era quase certa.

O primeiro indicio de que o Poder Executivo poderia mudar de opinião foi o diálogo entre o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Oscar Fappiano, com representantes da Comunidade Homossexual Argentina. Fappiano aconselhou-os a aguardar a decisão da Suprema Corte e depois entrar com uma nova petição, mudando o nome da entidade de Comunidade para Comissão, já que a primeira palavra tinha uma conotação de seita ou grupo religioso, e mudar a redação de um dos artigos do estatuto que fala da divulgação de estudos sobre a problemática homossexual, sugerindo que seja omitida a palavra "difusão" e se fale de "sexualidade" em geral.

Discriminação — Embora considerasse "razoáveis" as sugestões de Fappiano, Freda disse que se a sentença da Suprema Corte for negativa, a Comunidade apelará da decisão na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José de Costa Rica, firmado pelos governos latino-americanos a partir de 1982 e ratificado em 1984 pela Argentina. Em seu primeiro artigo, os governos se comprometem a não efetuar em seus respectivos países discriminações de ordem religiosa, racial, política, étnica ou de qualquer outra condição social. Freda sugeriu a Fappiano que se o governo quisesse demonstrar, diante de uma decisão negativa da Suprema Corte, que se opunha à discriminação, deveria dar um sinal público de sua disposição. A ordem de Menem foi esse sinal, embora a Suprema Corte ainda não tenha se pronunciado.

Se conseguir o reconhecimento jurídico, a Comunidade Homossexual Argentina estará apta a receber doações, abrir conta bancária, ter propriedades e receber heranças, além de poder desenvolver publicamente suas campanhas. "Há pessoas enfermas de Aids que nos querem ajudar, doando-nos propriedades, e já temos preparada uma campanha de prevenção contra a doença", adiantou Freda.